



Plano de Logística Sustentável

Universidade de Brasília

2018/2021



Plano de Logística Sustentável da Universidade de Brasília (PLS 2018/2021)

Comissão de Elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) da UnB

Comissão

Alexandre Bezerra (DAF/DGM)

Pedro Henrique Zuchi da Conceição (CEAS/GRE)

Ricardo Oliveira (DAF/DCO)

Wilson Ramos Samarcos Neto (PRC)

Apoio Técnico e Design Gráfico

Camila Xavier da Cunha (PRC)

Rafael Almeida (CEAS)

Equipe de Graduandos CEAS/GRE

Alex Rosa Campani (CEAS)

Bernardo Lembi Ramalho Maciel (CEAS)

Bruno Rapôso de Oliveira de Araujo (CEAS)



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Márcia Abrahão Moura
Reitora

Enrique Huelva Unternbaumen
Vice-reitor

Maria Lucília dos Santos
Decana de Administração (DAF)

André Luiz Teixeira Reis
Decano de Assuntos Comunitários (DAC)

Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Decana de Ensino de Graduação (DEG)

Olgamir Amancia
Decana de Extensão (DEX)

Helena Eri Shimizu
Decanato de Pós-Graduação (DPG)

Maria Emília Machado Telles Walter
Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI)

Carlos Vieira Mota
Decano de Gestão de Pessoas (DGP)

Denise Imbroisi
Decana de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional (DPO)

Valdeci da Silva Reis
Prefeito da UnB (PRC)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Consumo de resmas de papel A4.	9
Figura 2. Consumo de unidades de cartuchos, <i>tonners</i> e fusores.	10
Figura 3. Consumo de pacotes de copos descartáveis 200 ml.	10
Figura 4. Consumo de pacotes de copos de café 50 ml.	11
Figura 5. Comparativo do consumo de kWh de energia elétrica.	13
Figura 6. Comparativo do consumo de m ³ de água.	14
Figura 7. Resíduos recolhidos em 2016 e 2017 (até agosto), em kg.	16

LISTA DE SIGLAS

CASQV	Coordenadoria de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida
CCL	Coordenadoria de Compras e Licitações
CEAS	Coordenação de Estratégias Ambientais Sustentáveis
CMI	Coordenadoria de Manutenção e Instalação
CPD	Centro de Informática
CTR	Coordenadoria de Transporte
DAF	Decanato de Administração
DCO	Diretoria de Compras
DEG	Decanato de Graduação
DGM	Diretoria de Gestão de Materiais
DGP	Decanato de Gestão de Pessoas
DIRAD	Diretoria de Administração
DISER	Diretoria de Serviços
DSQVT	Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho
GAP	Gerência de Administração Predial
GRE	Gabinete da Reitora
IN	Instrução Normativa
MP	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
NS	Núcleo de Sustentabilidade
PLS	Plano de Logística Sustentável
PRC	Prefeitura da UnB
QVT	Qualidade de Vida no Trabalho
SECOM	Secretaria de Comunicação
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SIASS	Subsistema Integrado da Atenção à Saúde do Servidor
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. INFORMAÇÕES ANALISADAS PARA CONSECUÇÃO DO PLS DA UnB.....	7
1.1. Material de Consumo	8
1.2. Compras e Contratações Sustentáveis	11
1.3. Energia Elétrica.....	12
1.4. Água e Esgoto.....	13
1.5. Gerenciamento de Resíduos	14
1.6. Qualidade de Vida no Trabalho.....	17
1.7. Transportes	21
1.8. Área Verde	22
1.9. Educação Ambiental.....	22
2. POLÍTICA AMBIENTAL E SUSTENTÁVEL DA UnB.....	24
3. PLANO DE AÇÃO POR EIXO TEMÁTICO	25
3.1. Material de Consumo	27
3.2. Compras e Contratações	30
3.3. Energia Elétrica.....	33
3.4. Água e Esgoto.....	36
3.5. Gerenciamento de Resíduos	39
3.5.1. Gerenciamento de Resíduos Sólidos.....	39
3.5.2. Gerenciamento de Resíduos Perigosos	43
3.6. Transportes	45
3.7. Áreas verdes	47
3.8. Educação Ambiental.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54

Plano de Logística Sustentável 2018/2021

Histórico alterações

Versão original: 07/06/2018

Versão atualizada: 12/09/2023- Inclusão da Nota*

***Nota:** A pandemia do COVID-19, ao impactar as atividades presenciais, leva a um efeito cascata que afeta praticamente todos os indicadores analisados no PLS 2020. Dados e ações que objetivavam uma diminuição, como o consumo de água, de energia, de materiais, na geração de resíduos sólidos foram diretamente afetados pelas medidas de enfrentamento da pandemia, como o distanciamento social que instituiu o trabalho remoto na instituição.

No ano de 2021, por meio da Resolução do Conselho de Administração nº 0051/2021, de 22 de novembro de 2021, foi determinado o retorno gradual das atividades presenciais na Universidade. Com isso em dezembro de 2021 o fluxo de pessoas presencialmente na Universidade aumentou.

Além disso, em razão do cenário exposto oriundo da pandemia de COVID-19, serão feitas comparações do ano de 2022 com o ano de 2019, ano anterior ao início da pandemia, para possibilitar a exposição de resultados com maior grau de confiabilidade, tendo em vista a desconsideração do período de consumo atípico.

INTRODUÇÃO

Atualmente, organizações de todos os segmentos se preocupam cada vez mais em atuar buscando um desempenho ambiental adequado e condizente com as expectativas da sociedade, de forma a controlar o impacto de suas atividades e de seus produtos e serviços no ambiente.

A Constituição Federal do Brasil trata dessa questão em seu art. 225, no qual assevera que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, [...] impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2017).

As políticas sustentáveis evoluíram e passaram a disseminar a concepção de minimização na utilização dos recursos naturais pelas organizações de todos os seguimentos.

O Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) foi criado pelo Decreto nº. 7.746, de 5 de junho de 2012, no art. 16, que suscita o compromisso da “administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável [...]” (BRASIL, 2012a). Dessa forma os gestores públicos devem se atentar para soluções sustentáveis e ecologicamente responsáveis na busca incessante da eficiência, eficácia e efetividade dos procedimentos públicos.

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio da Instrução Normativa nº. 10, de 12 de novembro de 2012, estabeleceu a necessidade das Instituições Públicas Federais elaborarem o PLS (BRASIL, 2012b). É essa ferramenta de planejamento que orientará aos órgãos e entidades os caminhos de atuação pautados nas práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

Nesse contexto, as Instituições de Ensino Superior surgem como peças fundamentais para promoção de mudanças em direção a uma cultura mais sustentável, tanto com ações ligadas à sua base de ensino, pesquisa e extensão, quanto como promotoras dessas ações em seu dia-a-dia, com a participação de toda a comunidade universitária.

A Universidade de Brasília (UnB), maior universidade da região Centro-Oeste, possui uma comunidade acadêmica de 50 mil pessoas, distribuída entre docentes, discentes e servidores técnico-administrativos. Oferece mais de 300 cursos, entre cursos de graduação, especialização, mestrado, doutorado, e de extensão. Segundo a PRC/DISER/GAP, a UnB possui uma área física de 48.187.459,13 m² distribuída, especialmente, no *Campus Darcy Ribeiro*, no *Campus UnB Ceilândia*, no *Campus UnB Gama*, no *Campus UnB Planaltina* e na Fazenda Água Limpa. Tal dimensão justifica uma importante estrutura operacional, na qual é impelida a consumir quantidades de recursos e, conseqüentemente, gera resíduos proporcionais à quantidade de recursos consumidos.

Para desenvolver ações sustentáveis no âmbito da Universidade e atender as normativas legais que regem o tema na administração pública, instituiu-se, conforme disposto na Resolução da Reitoria n. 0073, de 15 de maio de 2017, a Comissão de Elaboração do PLS (UnB, 2017a).

O presente PLS da Universidade de Brasília tem como objetivo apresentar ações estratégicas de sustentabilidade e relacioná-las com o desenvolvimento de projetos sustentáveis por parte das unidades acadêmicas e administrativas relacionadas, bem como abordar a relação de investimento e benefícios dessas ações para o interstício de 2018 a 2021.

1. INFORMAÇÕES ANALISADAS PARA CONSECUÇÃO DO PLS DA UnB

A Comissão de Elaboração do PLS estrutura o documento em eixos temáticos, a saber: I – Material de Consumo; II – Compras e Contratações Sustentáveis; III – Energia Elétrica; IV – Água e Esgoto; V – Gerenciamento de Resíduos Sólidos; VI– Qualidade de Vida no Trabalho; VII – Transportes; VIII – Áreas Verdes e IX – Educação Ambiental. Cada eixo temático foi analisado pela Comissão, que considerou os aspectos específicos da área e buscou organizar em forma clara os objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, de

forma a permitir à UnB estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de uso e processos na sua administração.

1.1. Material de Consumo

Considerando a definição proposta na Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, art. 2, inciso VIII, material de consumo é “todo material que, em razão de sua utilização, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos” (BRASIL, 2012b).

Na Universidade de Brasília o uso de materiais dessa classificação é categoricamente diversificado, sendo utilizadas pelas mais diversas áreas acadêmicas e administrativas. Cabe destacar que, para o devido atendimento ao planejamento e controle das medidas sustentáveis que envolvem o consumo desse tipo de material, torna-se inviável, neste primeiro momento, determinar metas e indicadores com vistas à redução do consumo de todos os materiais com essa classificação.

Nesse sentido os itens a serem almejados devem apresentar relevância ambiental, por isso são notadamente passíveis de redução, em um curto prazo, materiais como: papel, copos descartáveis, *tonners* e pincel marcador de quadro branco.

A perspectiva é reduzir, com o mínimo de impacto para a qualidade de vida dos usuários internos e externos da Universidade, adotando alternativas ambientalmente melhores, tais como realizar a migração de todas as Unidades da UnB para o modelo *outsourcing* de impressão, incentivar o uso de documentos digitais para comunicações internas e externas, estimular o uso sustentável de materiais de consumo (copos descartáveis, pincéis, canetas e demais materiais de expediente e escritório).

Vale ressaltar que qualquer descontinuidade nos contratos de fornecimento e/ou a instalação de novos procedimentos de aquisição provocam alterações significativas de consumo entre períodos de tempo comparados, e portanto, influenciam a análise dos resultados obtido.

A Figura 1 apresenta o consumo de resmas de papel A4, realizado pela Universidade, nos anos de 2015 a 2017. Importante destacar que, para o ano de 2017, foi apurado o consumo para os meses de janeiro a outubro.

No período de janeiro a outubro de 2015, o consumo de papel A4 foi de 20.712 resmas e, quando analisado o mesmo período de 2017, o total consumido foi de 16.066 resmas, redução de aproximadamente 22%.

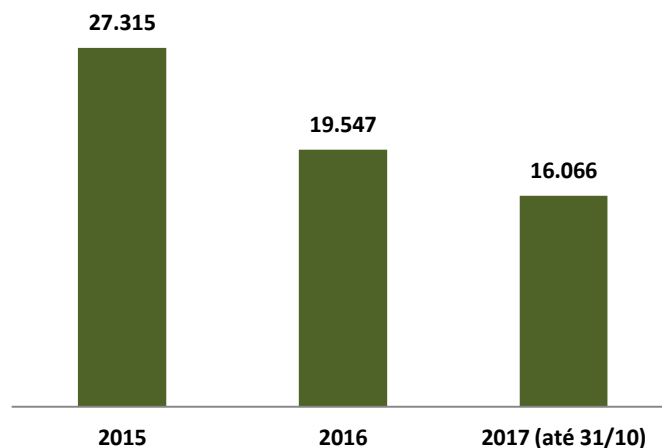


Figura 1. Consumo de resmas de papel A4.
Fonte: UnB/DAF/DGM

No período de janeiro a outubro de 2016, o consumo de papel A4 foi de 16.841 resmas e, quando analisado o mesmo período de 2017, o total consumido foi de 16.066 resmas, o que representou uma redução de aproximadamente 4,6%. Esse fato está associado à implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), iniciado em 2016. Essa ferramenta de gestão de processos eletrônicos com assinatura eletrônica tem reduzido a necessidade de impressão para a tramitação de processos nas unidades administrativas e acadêmicas. Além disso, contribuiu a migração do serviço de impressão para o modelo *outsourcing*, que desestimula o uso desnecessário e indevido do recurso de impressão.

O consumo de suprimentos de impressão, apresentado na Figura 2, tais como *tonners*, cartuchos e fusores, também apresenta uma tendência de queda ao longo do período analisado.

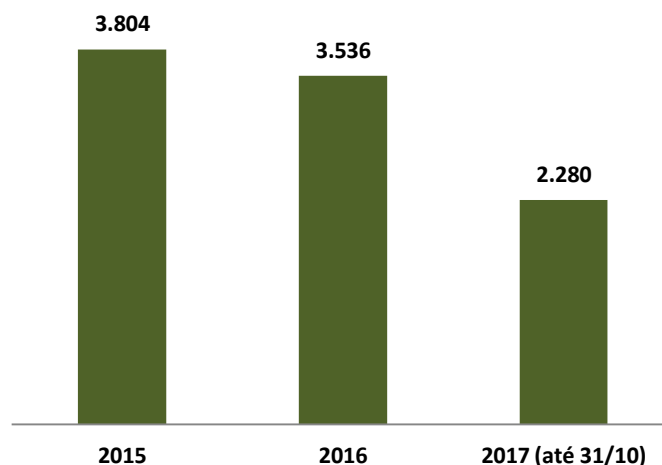


Figura 2. Consumo de unidades de cartuchos, tonners e fusores.
Fonte: UnB/DAF/DGM.

A redução observada no consumo de suprimentos de impressão é decorrente da política adotada para a redução do consumo de papel A4. Não obstante, as alterações no formato da prestação do serviço de impressão no âmbito da UnB foram fundamentais para a mudança de comportamento dos usuários quanto ao uso de papel, impactando na redução do consumo de cartuchos, tonners e fusores.

A Figura 3 apresenta a evolução do consumo de copos descartáveis de 200 ml na UnB ao longo do período analisado.

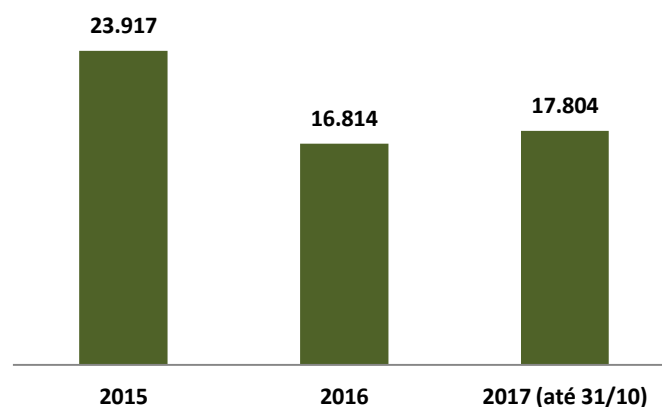


Figura 3. Consumo de pacotes de copos descartáveis 200 ml.
Fonte: UnB/DAF/DGM.

Observa-se aumento no consumo de copos descartáveis no período de janeiro/outubro de 2017, cujo consumo alcançou um total de 17.804, quando

comparado a igual período do ano de 2016, o consumo total alcançou 14.321 pacotes. Em percentagem, o aumento equivale, aproximadamente, a 24%.

O consumo total de copos descartáveis de 50 ml, evidenciado na Figura 4, no período de janeiro/outubro de 2016, foi de 4.786 pacotes. No mesmo período do ano de 2017 foram consumidas 6.665 unidades, representando um aumento de 39%.

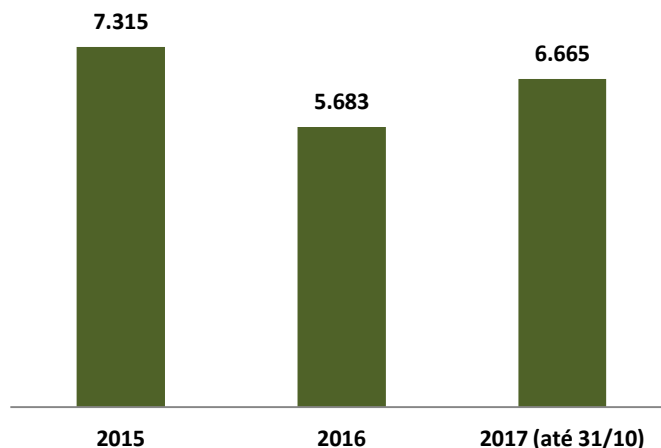


Figura 4. Consumo de pacotes de copos de café 50 ml.
Fonte: UnB/DAF/DGM.

O consumo de pacotes de copos descartáveis ainda é elevado, fazendo-se necessário desenvolver novas ações de sensibilização e fortalecer as ações realizadas, como: “Sou UnB, Jogo Limpo: Digo NÃO aos Copos Descartáveis.” Essa campanha tem como objetivo principal sensibilizar a comunidade acadêmica para mudar seus hábitos em favor da sustentabilidade, reduzindo o consumo de copos descartáveis.

1.2. Compras e Contratações Sustentáveis

A Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, no inciso III, considera como compra “toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente” (BRASIL, 1993). No que tange a realização de compras governamentais, tal conceito adquire características próprias, uma vez que o gestor público administra bens e interesses que não lhe pertencem, mas sim à sociedade.

Dessa forma, quando há necessidade de comprar, contratar serviços ou realizar qualquer atividade que envolva terceiros em favor de órgãos públicos, surge a obrigatoriedade intrínseca de que se atenda o princípio da supremacia do interesse público, e a questão sustentável, na medida em que afeta toda a sociedade, acaba por se configurar como parte do interesse público.

Torna-se imprescindível que os processos de compras contribuam, na medida do possível, para que as compras e contratações realizadas pela Universidade de Brasília estejam em consonância com as melhores práticas no que se refere à sustentabilidade, de forma a estimular as empresas que atuam no serviço público a se ajustarem aos normativos legais.

Os processos licitatórios realizados pela Universidade de Brasília buscam observar o disposto na Instrução Normativa nº. 01, de 19 de janeiro de 2010, bem como o Decreto nº. 7.746, de 5 de junho de 2012, que exigem dos licitantes critérios de sustentabilidade ambiental em suas propostas, como a aplicação das regras de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas (BRASIL, 2010b; BRASIL, 2012a).

A Universidade procura incluir nos contratos administrativos firmados, sempre que possível, a exigência de comportamento ambientalmente sustentável por parte da empresa contratada, principalmente na atuação desta nos ambientes da Universidade, como: i) uso racional da água e da energia elétrica; ii) implementação do sistema de logística reversa; e iii) descarte correto de materiais que venham a ser utilizados na prestação de serviços.

1.3. Energia Elétrica

O crescente consumo de energia elétrica promove um acentuado impacto ambiental, além de acarretar o aumento dos gastos financeiros. Medidas com vistas à redução do consumo e que contribuam para o aumento da eficiência energética devem ser objeto de análise e implementação.

Nesse sentido, torna-se imprescindível a adequação por parte da administração pública aos programas e normatizações vigentes, sendo essas expressas pela Instrução Normativa nº. 02, de 04 de junho de 2014, que define as “regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional

[...]” e, pela Portaria nº. 23, de 12 de fevereiro de 2015, que “Estabelece boas práticas de gestão e uso de Energia Elétrica e de Água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional [...]” (BRASIL, 2014; BRASIL, 2015).

É essencial que as atualizações tecnológicas e o controle adequado do uso da energia elétrica façam parte do conjunto de ações a serem implementadas para atingir parâmetros sustentáveis na UnB. A Figura 5 apresenta o valor do consumo de energia elétrica na UnB, medido em quilowatt-hora (kWh), no período de janeiro de 2015 a outubro de 2017.

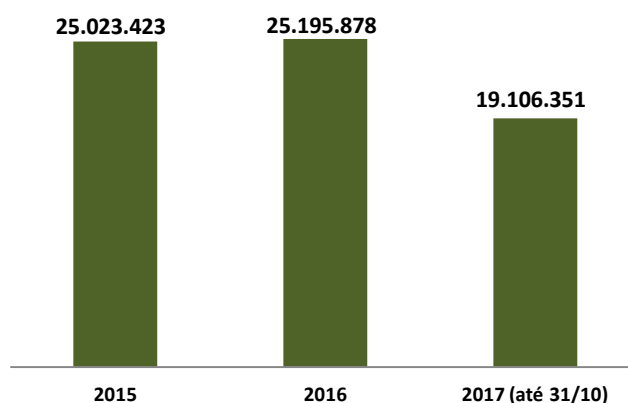


Figura 5. Comparativo do consumo de kWh de energia elétrica.
Fonte: UnB/PRC/DIMAP/CMI.

O consumo total de energia elétrica, no período de janeiro/outubro de 2016, foi de 21.159.775 kWh. No mesmo período de 2017 o consumo foi de 19.106.351 kWh, produzindo uma redução de 9,7% no consumo final de energia elétrica.

1.4. Água e Esgoto

A água, também, é um recurso natural de extrema importância e que ultimamente tem estado no centro das atenções da sociedade em função da crise hídrica que atinge a região do Distrito Federal, justificando medidas de racionalização de seu consumo, bem como a proposição de estratégias de conscientização e sensibilização quanto ao seu uso racional. Entre as ações já adotadas pela UnB, podem-se citar a realização de vistorias periódicas das

instalações hidráulicas e a substituição de torneiras tradicionais por torneiras com temporizadores, além de ações de redução do uso de água para manutenção de jardins em função de políticas emergenciais determinadas para o período de crise hídrica.

A Figura 6 mostra o comparativo do consumo de água na Universidade (em metros cúbicos). Em 2016, o consumo total, no período de janeiro/outubro, foi de 261.028 m³. Comparando com o mesmo período de 2017, o total foi de 224.085 m³, obtendo uma redução de, aproximadamente, 14% no consumo de água.

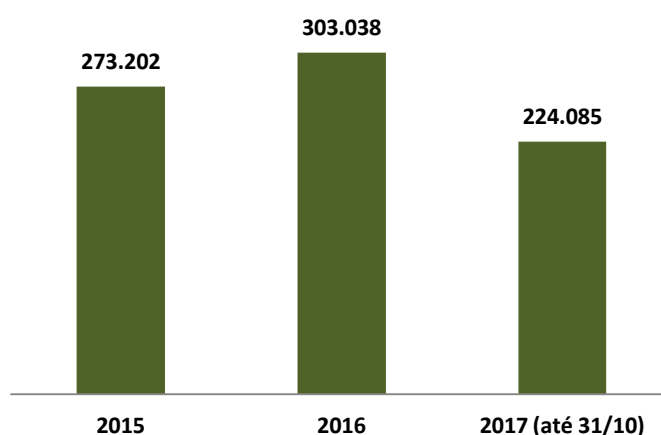


Figura 6. Comparativo do consumo de m³ de água.
Fonte: UnB/PRC/DIMAP/CMI.

As ações realizadas na UnB produziram uma redução no consumo de água equivalente a 36.943 caixas d'água¹, considerando o período de janeiro/outubro de 2017. Estratégias para redução do consumo estiveram associadas à melhoria do processo de irrigação, ao monitoramento de vazamentos, ao processo de manutenção predial e à criação da Comissão de Crise Hídrica da Universidade.

1.5. Gerenciamento de Resíduos

A UnB busca implementar e estimular a prática da coleta seletiva de resíduos sólidos com a instalação de recipientes coletores nas edificações dos *campi*, observada a Resolução do Conama n^o. 275, de 25 de abril de 2001

¹ Considerando, para efeitos de comparação, uma caixa d'água de 1000 litros.

(BRASIL, 2001). A proposta é promover a destinação sustentável dos resíduos coletados.

Em conformidade com o Decreto nº. 5.940, de 25 de outubro de 2006, a UnB estimula a separação dos resíduos recicláveis em todas as unidades administrativas e acadêmicas (BRASIL, 2006).

A Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabeleceu a necessidade das instituições prestadoras de serviços e/ou produtoras, a exemplo da UnB, elaborarem um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) (BRASIL, 2010a). O PGRS consiste em um instrumento de suma importância ao abarcar aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, destinação e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos, bem como a saúde pública, estabelecendo programas, metas e ações (BRASIL, 2010a).

O PGRS da Universidade de Brasília encontra-se em fase de elaboração, haja vista a homologação da Resolução da Reitoria nº. 0018, de 24 de fevereiro de 2017, na qual foi criada a Coordenação de Estratégias Ambientais Sustentáveis (CEAS) da UnB, estando no seu art. 2, dentre outras atribuições, o inciso VII: “Monitorar atividades associadas à política nacional de resíduo sólido” (UnB, 2017b). Foi instituída, em 12 de junho de 2017, Comissão para elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos - Ato da Reitoria nº. 0801 (UnB, 2017c).

Cabe destacar, no que tange a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos, a adequação da UnB à Lei nº. 5.610, de 16 de fevereiro de 2016, art. 4, no qual “os grandes geradores são integralmente responsáveis pelo gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos similares aos resíduos domiciliares que gerem e pelos ônus dele decorrentes” (DISTRITO FEDERAL, 2016).

Embora a UnB formalize convênios com associações e cooperativas de catadores para a destinação dos resíduos sólidos dos *campi*, o gerenciamento desses resíduos recicláveis atualmente vem sendo realizado pela PRC. As cooperativas/associações que têm formalizados seus contratos com a Universidade, no período em análise, são: i) Central de Reciclagem do Varjão;

ii) Cooperativa de Reciclagem Ambiental (COOPERDIF); iii) Cooperativa de Catadores R3 de Santa Maria e; iv) Associação Recicle a vida.

Conforme dados da Figura 7, no ano de 2016, obteve-se um quantitativo de 38.371 kg de resíduos recicláveis repassados para as respectivas cooperativas de reciclagem. No período de janeiro/agosto de 2017, foram repassados às cooperativas 5.707 kg de resíduo recicláveis.

Segundo a DISER/CZM, essa redução se deve ao processo de recredenciamento das cooperativas, em função da dificuldade de atendimento das interessadas aos requisitos dos editais (estrutura, documentação, habilitação, etc).

Ainda em relação aos resíduos na UnB, destaque deve ser dado aos resíduos perigosos. A grande quantidade de laboratórios de ensino e pesquisa nos *campi* da UnB gerou a necessidade da destinação correta de resíduos perigosos que são produzidos nas atividades laboratoriais.

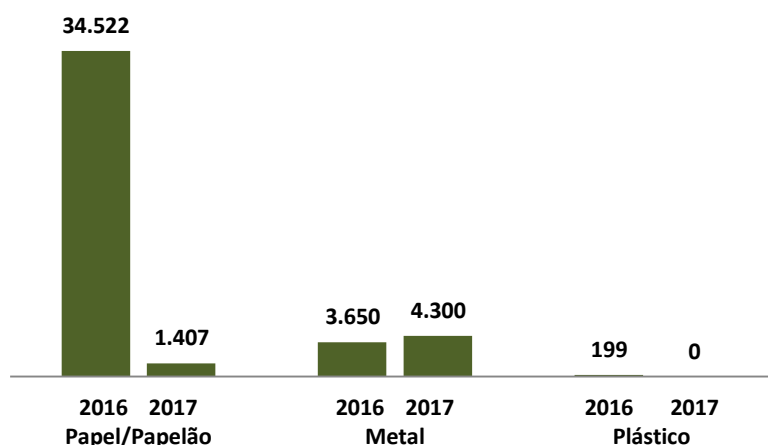


Figura 7. Resíduos recolhidos em 2016 e 2017 (até agosto), em kg.
Fonte: UnB/PRC/DISER/CZM.

Os resíduos gerados são de alta toxicidade e podem trazer danos à saúde e ao meio ambiente. Por meio de remanejamento estrutural foi criada uma coordenação ligada a DISER para tratar dos resíduos perigosos, denominada Comissão de Gerenciamento, Tratamento e Destinação de Resíduos Perigosos (GRP-UnB).

Quando comparados os anos de 2015 e 2016, apresentados na Figura 8, observa-se uma redução de 76,4% na coleta de resíduos químicos e

aumento de, aproximadamente, 2,4% e 3,7% na coleta de resíduos biológicos e lâmpadas, respectivamente.

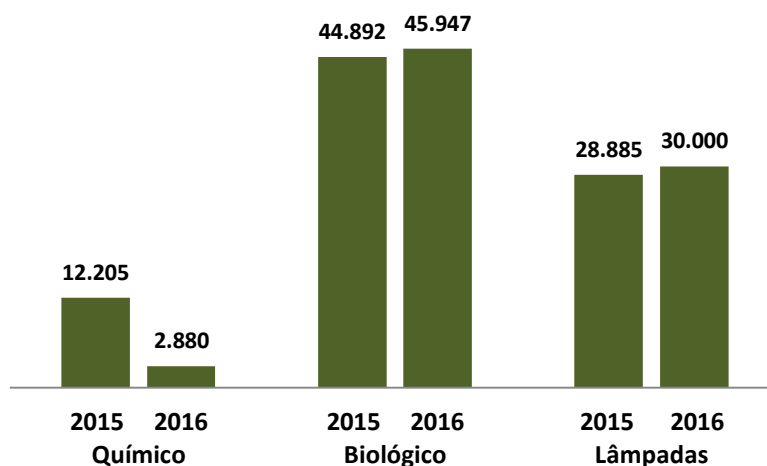


Figura 8. Resíduos perigosos coletados no ano de 2015 e 2016.

Fonte: UnB/PRC/DISER/GRP.

Nota: Químico e biológico medido em kg; lâmpadas em unidades.

A GRP-UnB vem implementando ações que visam o descarte adequado dos resíduos, atendendo ao estabelecido pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010a). As Universidades foram açambarcadas na classe de geradores de resíduos de serviço de saúde (RSS) sujeito a normatização pela Resolução RDC nº. 306, de 7 de dezembro de 2004 e a Resolução Conama nº. 358, de 29 de abril de 2005 (BRASIL, 2004; BRASIL, 2005).

Atualmente o PGRP da Universidade de Brasília está em processo de elaboração pela Comissão instituída pela Resolução da Reitoria nº. 0084, de 1 de junho de 2017 (UnB, 2017d).

1.6. Qualidade de Vida no Trabalho

As ações de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) buscam fazer com que os servidores e colaboradores em geral se sintam bem em trabalhar na Universidade, construindo um ambiente de trabalho agradável, produtivo e seguro, que estimule e promova suporte ao colaborador e à Universidade. Desse modo, há a conscientização sobre como a saúde dos servidores e colaboradores estão diretamente relacionados à sua qualidade e produtividade.

A Diretoria de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho (DSQVT), vinculada ao Decanato de Gestão de Pessoas (DGP) tem como atividades identificar, planejar, desenvolver e viabilizar condições adequadas de saúde e segurança no trabalho para os colaboradores da UnB. Isso se dá por meio de ações que englobam a criação de programas de qualidade de vida no trabalho, elaboração de projetos voltados à promoção da saúde, ações que busquem a prevenção de doenças ocupacionais e a vigilância dos ambientes de trabalho.

A Coordenadoria de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida (CASQV), vinculada à DSQVT, tem como objetivos integrar atividades e programas nas áreas de promoção, prevenção, acompanhamento funcional e assistência da saúde dos servidores técnico-administrativos e docentes da Universidade, dos servidores de órgãos participantes da Rede Subsistema Integrado da Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) e dos estudantes Participantes dos Programas de Assistência Social. São ações de melhoria da qualidade de vida no trabalho, com caráter contínuo:

Viva Mais! Programa de Preparação para Aposentadoria

O “Programa Viva Mais!” tem como objetivo incentivar os servidores técnicos e docentes da Universidade de Brasília a refletirem sobre a aposentadoria e planejarem esse momento com tranquilidade, aumentando a possibilidade de vivenciar essa fase da vida com mais saúde e qualidade. O programa é realizado por meio de curso, palestras e oficinas, sendo composto por 13 encontros em grupo com profissionais especialistas no tema. As oficinas e palestras ocorrem em um encontro grupal, de acordo com a necessidade e sem inscrições, podendo ser acordados previamente com os centros de custo.

Público-alvo: Servidores da Universidade de Brasília. Também se destina aos servidores dos órgãos da unidade Siass-UnB.

Dias e horários de funcionamento: Os dias e horários de funcionamento do “Programa Vias Mais!” são definidos a cada semestre a fim de se adequar às demandas do serviço.

Programa EQUILÍBRIO

O Programa Equilíbrio tem como objetivo promover a alimentação saudável e a prática regular de exercícios físicos. O Serviço é realizado por equipe multiprofissional da psicologia, nutrição, educação física e medicina, por meio de curso oferecido semestralmente, através de parceria estabelecida entre a CASQV/DSQVT e a PROCAP/DCADE.

Público-alvo: Servidores da Universidade de Brasília. Também se destina aos servidores dos órgãos da unidade Siass-UnB.

Dias e horários de funcionamento: Os dias e horários de funcionamento do Programa Equilíbrio são definidos a cada semestre a fim de se adequar às demandas do serviço.

Curso de Desenvolvimento de Habilidades Sociais

Tem como objetivo auxiliar os trabalhadores em suas relações interpessoais, proporcionando relações mais salútares e respeitadas dentro e fora do ambiente de trabalho.

Público-alvo: Servidores da Universidade de Brasília. Eventualmente, também se destina aos servidores dos órgãos da unidade SIASS-UnB.

Dias e horários de funcionamento: Agendamento prévio a ser firmado entre os interessados e servidores da CASQV.

O curso é oferecido semestralmente, por meio de parceria estabelecida entre a CASQV/DSQVT e a PROCAP/DCADE.

Serviço de Acolhimento Psicossocial

É o espaço de escuta destinado aos servidores que necessitem compartilhar queixas, angústias e/ou qualquer questão que se apresente enquanto problema que ocasione crise.

A partir dessa escuta, encaminhamentos diversos poderão ocorrer para outros serviços internos e/ou rede externa. O funcionamento do serviço é nas segundas e sextas à tarde, e terças e quintas pela manhã.

Serviço de Intervenção em Crise

É o espaço de escuta destinado à pessoa que se encontra em situação de crise psíquica grave. O ingresso no Serviço se dá apenas por meio de encaminhamento do Serviço de Acolhimento Psicossocial.

Serviço de Escuta Qualificada Relacionada ao Trabalho

Espaço individual ou coletivo de escuta e fala, para tratar das questões relacionadas ao trabalho/trabalhador que possam estar gerando sofrimento. Os encontros ocorrem semanalmente, com duração de 2 horas para escuta coletiva e 50 minutos para escuta individual.

O programa tem como público-alvo, servidores (técnico-administrativos e docentes) da UnB que apresentem os seguintes fatores de risco ou adoecimento: riscos de adoecimento ocupacional; situações de estresse provocado pelo trabalho; assédio moral; tentativas de suicídio ligadas ao trabalho; acidente de trabalho; afastamento temporário do trabalho por doença ocupacional; em processo de readaptação laboral; indicação do DGP/DSQVT/CASQV.

Serviço de Atenção ao Gestor (PRO Gestor)

É um espaço de acolhimento e escuta para o gestor. O objetivo é identificar e trabalhar as principais facilidades e dificuldades relacionadas ao cargo de gestão. O atendimento é individual e semanal.

Serviço de Acompanhamento Funcional do Servidor

Constitui um programa de Qualidade de Vida no Trabalho que tem como objetivos oferecer acompanhamento funcional ao servidor que:

- I. apresenta baixo desempenho nas avaliações do estágio probatório e que tenha sido encaminhado para a CASQV;
- II. encontra-se em processo de remoção por saúde e que tenha sido encaminhado para a CASQV;

- III. necessite ou se encontre em processo de readaptação e que tenha sido encaminhado para a CASQV;
- IV. faça uso de álcool e outras drogas e que tenha sido encaminhado para CASQV.

1.7. Transportes

A UnB disponibiliza aos alunos transporte *intracampi* e *intercampi*, além de atender as demandas das áreas administrativas e acadêmicas no que se refere à logística de transporte de documentos e pessoas, locais e interurbanos, por meio de frota própria e veículos contratados.

A frota própria é de 320 veículos, gerenciados pela Prefeitura da UnB, e pelas Unidades Acadêmicas e Administrativas (DISER/CTR), cuja manutenção é contratada. O descarte das peças substituídas originárias dos serviços de manutenção da frota deve ser feito pela empresa contratada, que se responsabiliza pelo devido descarte.

O fornecimento de combustível para abastecimento da frota é feito por meio do contrato 1028/2016, com empresa especializada no fornecimento de combustíveis, onde o fornecedor é obrigado a aplicar um desconto sobre o valor médio calculado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de forma mensal.

Está em fase de estudo a substituição do sistema de transporte com frota de veículos própria, para um modelo de uso por demanda. Atualmente estão sendo analisadas para o caso da UnB a adesão ao sistema TaxiGov, do Ministério do Planejamento, onde o órgão partícipe paga pelo km efetivamente utilizado, evitando o uso desnecessário do serviço de transporte, reduzindo custos associados à manutenção e guarda da frota, estimulando uso racional, proporcionando maior controle no processo como um todo. A ideia é substituir gradativamente a frota de veículos própria por serviços pagos por demanda, como o TaxiGov.

1.8. Área Verde

A Universidade de Brasília possui uma área física de 48.187.459,13 m² onde a área edificada circunda ampla área verde com cobertura vegetal arbórea (nativa e/ou introduzida) e arbustiva ou rasteira (gramíneas), bem como de vários jardins ornamentais. A Área verde contempla: i) áreas de proteção ambiental localizadas nos seus *campi* e na fazenda Água Limpa, assim como o caso do setor Arboreto, cujas atividades principais são voltadas para o ensino, pesquisa e extensão; ii) áreas dos setores urbanísticos dos *campi* que delimitam as edificações e espaços internos e externos, tais como os jardins e praças, que proporcionam um ambiente agradável para estudos, contemplação e descanso.

Para efeitos do referido PLS, compreende-se áreas verdes nas delimitações das edificações (os jardins), como áreas verdes urbanas, em conformidade com a Lei nº. 12.651, de 25 de maio de 2012, art. 3, inciso XX, a saber:

espaços, públicos ou privados, com predomínio de vegetação, preferencialmente nativa, natural ou recuperada, previstos no Plano Diretor, nas Leis de Zoneamento Urbano e Uso do Solo do Município, indisponíveis para construção de moradias, destinados aos propósitos de recreação, lazer, melhoria da qualidade ambiental urbana, proteção dos recursos hídricos, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais (BRASIL, 2012c).

A importância da área verde no ambiente universitário impele à comunidade acadêmica perquirir acerca da relação ecológica com os espaços urbanos, podendo se tornar importantes mediadores para a consecução de políticas de gestão ambiental, bem como suscitar a percepção de valores e práticas voltados à sustentabilidade.

1.9. Educação Ambiental

A educação ambiental cumpre papel essencial na formação socioambiental na Universidade. A promulgação da Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, no seu art. 1º, entende a educação ambiental como “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais,

conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente [...]” (BRASIL, 1999).

Nesse sentido, a percepção da educação ambiental busca a conscientização da comunidade acadêmica através de atividades relacionadas à sustentabilidade e meio ambiente, podendo ser realizadas atividades como:

- I. Palestras sobre sustentabilidade e a responsabilidade da comunidade acadêmica relacionada ao desenvolvimento sustentável;
- II. Semana do meio ambiente, com atividades educacionais promovendo a sustentabilidade em conjunto com a comunidade interna e externa;
- III. Promover durante a semana universitária da UnB projetos de sustentabilidade voltados à universidade;
- IV. Atividades acadêmicas, realizadas em disciplinas específicas.

O Núcleo da Agenda Ambiental (NAA) da UnB, criado no ano de 2007 pelo Decanato de Extensão, tinha o objetivo de mobilizar a comunidade universitária, difundindo e executando, de forma participativa, a Agenda Ambiental nos *campi* da UnB (PARREIRA; CARNEIRO, 2011). Nesse ínterim constam projetos temáticos aplicados à educação ambiental em participação direta ou submetidos a seleção de editais promovidos pelo NAA, cabendo destacar:

Aproveitamento da Água de Destilação do Laboratório de Química da FGA para Irrigação de Plantas Medicinais; Avaliando as Condições de Saúde Ocupacional dos Servidores da UnB; Bicicleta Livre; Ciclovia para Todos; Clube Yoga Mover Juntos; Entrega Voluntária de Pilhas e Baterias esgotadas na FUP/UnB; Esperança Verde na FUP/UnB: Um *Campus* Universitário Modelo em Gestão Ambiental; Formação Comunitária para Ações de Promoção da Saúde e da Qualidade de Vida: Construindo Ambientes Saudáveis; GIRA (Grupo de Intervenção e Reciclagem Ambiental); Implantação do horto de plantas medicinais, aromáticas e condimentares em área anexa ao *campus* da Faculdade de Ceilândia; Mobilização Social na CEU: Coleta Seletiva, Educação Ambiental e Revitalização da horta comunitária; Núcleo de Experimentação Sócio-Cultural em Agricultura Urbana (NESCAU); O Papel de Cada Um; Oficina de vídeo Cerrado em Pauta; Pare, pense e descarte (Coleta seletiva solidária); Projeto (Comunicação para Sustentabilidade); Projeto Paisagístico e Agroecológico (Centro Acadêmico de Engenharia Florestal); Reciclábio: Gestão de Lixo no Instituto de Ciências Biológicas; Reciclando o Cotidiano; Recicle Vida; Tome Consciência; Trupe “Nós do mundo” e Usina (PARREIRA; CARNEIRO, 2011, p. 10).

Com a Resolução da Reitoria nº. 1406, de 1 de outubro de 2014, ocorre a criação do Núcleo da Sustentabilidade (NS) da UnB, constando no art. 1º “extinguir do Núcleo da Agenda Ambiental” (UNB, 2014). No seu art. 3º, o NS fica responsável por “legitimar e dar continuidade às ações e projetos empreendidos pelo núcleo da Agenda Ambiental desde 28 de março de 2007”, e dentre as ações, fomentar a educação ambiental junto à comunidade interna e externa à Universidade (UNB, 2014).

A Universidade vem somando esforços no tocante a divulgação de eventos, cursos e projetos, com o apoio dos órgãos de comunicação interna (UnBTV, CPD, dentre outros) para ampliar o alcance de informações relevantes sobre educação ambiental para a comunidade universitária em geral.

2. POLÍTICA AMBIENTAL E SUSTENTÁVEL DA UnB

No ano de 1998 inicia-se o processo de construção da Agenda 21 da Universidade de Brasília, baseado na Agenda 21 Brasileira, utilizando inicialmente diagnóstico realizado pelo Programa UnB Verde. Com o Programa Agenda 21 da UnB, identificou-se a ausência de definição de uma Política Ambiental, bem como de um sistema estruturado de gestão ambiental para a instituição UnB.

Em 2014, por meio da Resolução da Reitoria nº. 1406, de 1 de outubro de 2014, criou-se o Núcleo da Sustentabilidade (NS) da UnB no intuito de mobilizar a comunidade acadêmica, promovendo ações em prol da sustentabilidade ambiental na Universidade de Brasília.

O eixo integrador do NS se assentava nos espaços e saberes em conjunto com os órgãos executivos da Universidade, planejando e assessorando a implementação de um sistema de gestão ambiental na UnB, cujos objetivos eram: i) promover ações para a conscientização e mobilização da comunidade para a sustentabilidade na Universidade; ii) criar e auxiliar projetos e campanhas ambientais desenvolvidas pela comunidade universitária; iii) expandir as ações ambientais para os grupos e comunidades externas à Universidade; iv) planejar de forma aberta e participativa o processo de adesão aos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010, nos *campi* da UnB; v) incentivar a implementação de ações

voltadas ao uso racional de recursos naturais, para a promoção da sustentabilidade ambiental e socioeconômica na administração pública federal, conforme as delimitações do Projeto Esplanada Sustentável; vi) fomentar políticas públicas para a gestão socioambiental na UnB; vii) delinear as ações a serem realizadas para se adequar às diversas normas ambientais.

Em 2017, por meio da Resolução da Reitoria nº. 0018, de 24 de fevereiro de 2017, foi criada a Coordenação de Estratégias Ambientais Sustentáveis (CEAS) (UNB, 2017b). Com os objetivos de:

- I. Criar e incentivar a implementação de políticas de gestão ambiental na UnB;
- II. Criar estratégias para incorporação de procedimentos sustentáveis para o uso de recursos (energia, água, resíduos sólidos e afins), bem como incentivar a biodiversidade e a mobilidade na UnB;
- III. Planejar, criar e coexecutar os projetos ambientais desenvolvidos pela comunidade universitária;
- IV. Atuar em atividades de mobilização e de conscientização ambiental;
- V. Criar um sistema de monitoramento ambiental integrado na UnB;
- VI. Delinear ações a serem realizadas para adequar as diversas normas ambientais federais e distritais às ações acadêmicas e administrativas da UnB;
- VII. Monitorar atividades associadas à política nacional de resíduo sólido;
- VIII. Apoiar ações de ensino, pesquisa e extensão vinculadas à temática ambiental.

3. PLANO DE AÇÃO POR EIXO TEMÁTICO

A UnB, instituição alicerçada no ensino, pesquisa e extensão, tem papel preponderante na disseminação do desenvolvimento sustentável, atuando sempre na busca da conformidade legal, principalmente no que se refere à legislação que disciplina as práticas ambientais.

Considerando os recursos orçamentários e financeiros existentes, entraves poderão ocorrer para a execução de algumas práticas disponíveis de sustentabilidade, tais como: reposicionamento de sistemas de irrigação, sistemas de reutilização de água de chuva, sistemas de geração de energia alternativa, dentre outros. No entanto, a reduzida disponibilidade de recursos financeiros não deverá ser considerada justificativa para o atraso na implantação de ações que modifiquem o padrão atual de uso dos recursos naturais no âmbito da UnB.

Algumas práticas não têm custo adicional de implantação, uma vez que dependem de ações locais, que utilizam recursos existentes. Aprimorar processos, por exemplo, dinamiza o fluxo de trabalho e evita desperdícios de insumos, como papel, água, energia, entre outros, além de contribuir para a qualidade da prestação dos serviços.

A estruturação do plano de ação por eixo temático possibilita avaliar o volume de ações por cada eixo, e contribui para encadear em uma sequência lógica as ações que visam melhorar o processo de crescimento sustentável da UnB, por tema. Nesse sentido, são propostos os objetivos, metas, indicadores e ações, com vistas a cumprir um cronograma estratégico, determinando seus respectivos responsáveis.

Os temas são abordados individualmente, por uma breve análise do que se busca em termos de sustentabilidade pela instituição, contendo objetivo geral, principais iniciativas recomendadas, e metas gerais, cujo resultado espera-se causar impacto positivo na melhoria da sustentabilidade.

Os planos de ação, contendo objetivos, metas, indicadores, cronograma e responsáveis pela ação, foram elaborados em forma de tabela, a fim de melhor estruturar tais elementos.

3.1. Material de Consumo

OBJETIVO GERAL: alterar o padrão de utilização de material consumo na UnB, sem prejudicar a qualidade dos serviços prestados interna e externamente.

INICIATIVAS:

- I. Reduzir a utilização de resmas de papel nos setores administrativos;
- II. Especificar e adquirir materiais de consumo com base em critérios de sustentabilidade e de disponibilidade no mercado;
- III. Implantar sistemas de certificação eletrônica para declarações e comprovantes acadêmicos;
- IV. Estabelecer critérios sustentáveis para aquisição de papel;
- V. Incentivar o reaproveitamento de papel nos diversos setores da universidade;
- VI. Estudar a viabilidade de substituição parcial dos copos descartáveis por copos biodegradáveis;
- VII. Reduzir a disponibilização de copos descartáveis, o que irá incentivar a utilização de canecas individuais;
- VIII. Dar preferência a aquisição de copos produzidos com materiais que propiciem a sua reutilização;

META GERAL: redução no consumo de papel e copos descartáveis no período de 2018 a 2021.

TEMA: CONSUMO DE PAPEL A4, CARTUCHOS, TONNERS E FUSORES						CRONOGRAMA			
OBJETIVO	META	INDICADOR	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	2018	2019	2020	2021	
1. Reduzir o consumo de papel A4.	1.1 Redução de 8% no consumo de resmas de papel A4.	Taxa de variação de consumo de resmas de papel A4 entre o período atual com o anterior, com apuração anual.	Elaborar estudo de viabilidade para ampliar oferta de materiais didáticos de forma eletrônica (provas, planos de ensino, materiais de apoio acadêmico).	CEAS e DGM	X	X			
			Elaborar campanhas de conscientização do uso de papel A4, incentivando o uso de alternativas sustentáveis.	CEAS e SECOM	X	X	X	X	
			Aprimorar o uso de meios de comunicação digital, tais como e-mail, SEI, portal UnB.	SECOM e ARQUIVO CENTRAL	X	X	X	X	
			Adotar o uso de certificações eletrônicas de comprovante acadêmicos para os cursos de graduação e pós-graduação.	DEG e SAA		X	X	X	
			Configurar as impressoras para padrão "frente e verso", no modo de economia e preto e branco.	CPD	X	X	X	X	
			Reaproveitar papel para rascunho.	Todas as unidades	X	X	X	X	
2. Reduzir a compra de cartuchos, tonners e fusores.	2.1 Redução de 45%.	Taxa de variação de compra de cartuchos, tonners e fusores entre o período atual com o anterior, com apuração anual.	Dinamizar o uso do contrato de <i>outsourcing</i> de impressão nas unidades acadêmicas e administrativas.	CPD e DGM	X	X	X	X	
			Disponibilizar informações aos usuários sobre o uso das impressoras <i>outsourcing</i> e o controle do volume de impressão individual, objetivando sensibilizar para o uso racional do recurso.	CPD	X	X	X	X	
			Incentivar a redução do uso de recursos e da geração de resíduos, proveniente do processo de impressão, nas unidades administrativas.	CPD, DGM e SECOM	X	X	X	X	

TEMA: CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS DE PLÁSTICO						CRONOGRAMA			
OBJETIVO	META	INDICADOR	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	2018	2019	2020	2021	
1. Reduzir o consumo de copos descartáveis de plástico.	1.1 Redução de 6% do volume de pacotes disponibilizados para as unidades.	Taxa de variação do consumo de copos descartáveis entre o período atual com o anterior, com apuração anual.	Elaborar estudo de viabilidade para substituição de copos descartáveis de plástico por copos descartáveis de papel, com propriedades biodegradáveis.	DGM e CEAS	X				
			Elaborar estudo para estabelecer cotas de redução de uso de copos de descartáveis para as unidades que apresentarem maior consumo <i>per capita</i> .	DGM e CEAS	X				
			Realizar campanha para substituição de copos descartáveis por canecas e/ou Garrafa <i>Squeeze</i> .	SECOM, DAC, DEG, CEAS	X	X	X	X	

3.2. Compras e Contratações

OBJETIVO GERAL: otimizar o processo de aquisição de material de consumo, material permanente e serviços especializados incluindo, sempre que possível, nos contratos critérios de sustentabilidade.

INICIATIVAS:

- I. Realizar planejamento de compra, especificando os itens sustentáveis com características similares a serem adquiridos;
- II. Reduzir a aquisição de materiais permanentes que não atendam aos critérios de sustentabilidade;
- III. Garantir nos editais licitatórios critérios para implementação da logística reversa sempre que possível;
- IV. Identificar os materiais ociosos, e realizar a substituição e/ou doação;
- V. Cumprir as diretrizes da IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que tratam de compras sustentáveis.

META GERAL: adequar 100% dos contratos com critérios de sustentabilidade, bem como implementar a logística reversa sempre que possível, no período de 2018 a 2021.

TEMA: COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS						CRONOGRAMA			
OBJETIVO	META	INDICADOR	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	2018	2019	2020	2021	
1. Priorizar a compra de produtos, equipamentos e serviços sustentáveis.	1.1 Adequar 100% dos contratos às práticas sustentáveis determinadas nas normas vigentes.	Percentual de contratos que se adequaram às normas sustentáveis.	Criar manual de procedimentos internos para subsidiar os gestores nos procedimentos de adequação dos contratos às normas de compras e contratações.	DAF e DCO	X				
			Avaliar os contratos vigentes quanto à aderência às normas de sustentabilidade.	DAF e DCO	X				
			Orientar o processo de elaboração de termos de referência/projeto básico contendo cláusulas que contribuam para contratações sustentáveis, conforme as normas vigentes.	DAF e DCO	X	X	X	X	
			Estabelecer parcerias de treinamento de servidores com órgãos federais para que os critérios de sustentabilidade sejam incluídos nos termos de referência, projetos básicos, editais, contratos, etc.	DAF e DCO	X	X	X	X	
			Capacitar os fiscais de contratos para o adequado acompanhamento do cumprimento das obrigações da contratada quanto às cláusulas contratuais relacionadas à sustentabilidade.	DAF, PRC, DCO	X	X	X	X	
			Incluir cláusulas contratuais com exigência de treinamento/capacitação de colaboradores terceirizados quanto às práticas sustentáveis, em especial as de gestão de resíduos	DAF e DCO	X	X	X	X	

Continuação

TEMA: LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS					CRONOGRAMA			
OBJETIVO	META	INDICADOR	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	2018	2019	2020	2021
2. Implementar a Logística Reversa nas contratações e aquisições	2.1 100% dos novos contratos e aquisições adequados às normas vigentes que estabelecem o preceito da logística reversa.	Percentual de novos contratos e aquisições adequados as normas vigentes.	Garantir, nos editais licitatórios, critérios associados à logística reversa dos produtos adquiridos.	DAF, PRC e DCO	X	X	X	X
			Capacitar servidores para o adequado monitoramento do processo, estabelecido em contrato, de recolhimento e disponibilização final do produto e/ou aquisição.	DAF, PRC e DCO	X	X	X	X
3. Plano de compras estabelecido com critérios de sustentabilidade de consumo energético eficiente.	3.1. 100% dos equipamentos adquiridos ou disponibilizados por prestadores de serviços no padrão de eficiência energética.	Percentual de novas aquisições de equipamentos com padrão de eficiência energética padrão A.	Estabelecer a opção de aquisição/disponibilização de equipamentos que possuam padrão de eficiência energética estabelecida pelo PROCEL e INMETRO, padrão A, sempre que existir no mínimo 3 fornecedores de produtos nessa classe.	DAF, PRC e DCO	X	X	X	X

3.3. Energia Elétrica

OBJETIVO GERAL: aumentar a eficiência e coibir o desperdício do consumo de energia elétrica.

INICIATIVAS:

- I. Elaborar estudo das instalações elétricas com o diagnóstico das perdas reais;
- II. Adequar a instalação elétrica às normas e padrões em vigência, com base no plano de investimento da universidade;
- III. Elaborar projetos técnicos para subsidiar investimento em painéis fotovoltaicos para geração de energia elétrica;
- IV. Elaborar projetos arquitetônicos que priorizem o uso de iluminação natural e o fluxo natural de ar nas edificações;
- V. Ampliar o uso de sistema de iluminação de LED e, quando possível, implantar sistema de sensores de maior eficiência e menor impacto ambiental;
- VI. Iniciar o processo de individualização de medidores de energia, em edificações selecionadas, para melhorar o monitoramento do consumo;
- VII. Modernizar, quando possível, o sistema de climatização de ambientes;
- VIII. Estudar alternativas de climatização de edificações em substituição ao uso de aparelhos de ar condicionado;
- IX. Configurar os computadores e impressoras para desligamento automático ou modo de economia de energia.

META GERAL: redução do consumo de energia elétrica no período de 2018 a 2021.

TEMA: CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA						CRONOGRAMA			
OBJETIVO	META	INDICADORES	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	2018	2019	2020	2021	
1. Racionalizar o consumo de energia elétrica.	1.1 Realizar 4 projetos e 1 diagnóstico para melhorar a eficiência energética e climatização de ambientes.	Projetos e diagnóstico realizados.	Elaborar projetos arquitetônicos que permitam melhorar a utilização da iluminação natural e do fluxo de ar nas edificações.	INFRA		X	X	X	
			Elaborar projetos básicos para subsidiar investimentos em painéis fotovoltaicos para geração de energia elétrica.	PRC, DIMAP e INFRA		X	X	X	
			Elaborar projetos alternativos de energia elétrica para os <i>campi</i> .	PRC, DIMAP e INFRA		X	X	X	
			Elaborar estudo para implantar controle de medição de leitura de consumo individualizado nas edificações.	PRC e DIMAP	X				
			Diagnosticar a situação das instalações elétricas nos <i>campi</i> em conformidade com as normas ABNT.	PRC e DIMAP	X				
	1.2 Diminuir o consumo de energia elétrica em 3%.	Consumo de energia por m ² .	Instalar luminárias de lâmpadas de LED com sensores em locais apropriados.	PRC e DIMAP		X	X	X	
		Lâmpadas de LED instaladas.	Realizar substituição progressiva do padrão de lâmpadas fluorescentes para o padrão de lâmpadas de LED.	PRC e DIMAP		X	X	X	
	1.3 Realizar 8 campanhas de educação ambiental.	Campanhas realizadas.	Desenvolver campanha de conscientização para evitar o desperdício na utilização da energia elétrica.	SECOM e CEAS	X	X	X	X	
			Criar cartilha de orientação de consumo consciente de energia.	PRC, DIMAP, SECOM e CEAS	X				

Continuação

TEMA: CONSUMO DE ENERGIA					CRONOGRAMA			
OBJETIVO	META	INDICADORES	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	2018	2019	2020	2021
2. Reduzir o consumo de energia elétrica dos computadores e periféricos.	2.1 Configurar 40% dos computadores com perfil de economia de energia.	Percentual de computadores configurados.	Configurar os computadores para desligamento do monitor com 15 minutos e suspender a máquina após 30 minutos de inatividade.	DIMEQ e CPD	X	X	X	X
			Orientar os servidores para reduzir brilho de monitores e, quando possível, dar preferência para monitores de LED.	DIMEQ e CPD	X		X	
	2.2 Configurar 100% das impressoras em modo de economia de energia elétrica.	Percentual de impressoras configuradas.	Configurar impressoras em modo de economia de energia elétrica.	DIMEQ e CPD	X		X	
3. Reduzir o consumo de energia elétrica dos aparelhos de ar condicionado.	3.1 Realizar diagnóstico da situação técnica dos aparelhos de ar condicionado.	Estudos realizados.	Realizar levantamento dos equipamentos existentes e estabelecer as necessidades de adequação de compra observando etiquetagem de eficiência energética de grau máximo.	PRC, DIMEQ e DIMAP	X	X		
			Realizar estudo de alternativas de climatização dos ambientes vistoriados.	PRC, DIMEQ, DIMAP e INFRA		X	X	
			Criar normas e procedimentos para realização de análise e instalação de equipamentos de climatização de ambientes.	PRC, DIMEQ, DIMAP e INFRA	X			
	3.2 Realizar 8 campanhas, no período, sobre o uso consciente de aparelhos de ar condicionado.	Campanhas realizadas.	Preparar cartilha de orientação do uso adequado de aparelhos de ar condicionado com o objetivo de reduzir o consumo energético.	PRC, DIMEQ, DIMAP, SECOM e CEAS	X	X	X	X
			Produzir mídias eletrônicas para aumentar a percepção sobre o uso adequado do sistema de climatização de ambientes.	SECOM e CEAS	X	X	X	X

3.4. Água e Esgoto

OBJETIVO GERAL: promover ações para redução do consumo de água nos *Campi*.

INICIATIVAS:

- I. Melhorar o sistema de monitoramento do consumo de água das instalações prediais dos *campi*;
- II. Implantar sistema de inspeção das instalações hidráulicas das edificações, com o objetivo de detectar vazamentos e agilizar a correção;
- III. Instalação e manutenção de torneiras de baixo consumo, válvulas de descarga duplas e bacias sanitárias com baixa vazão;
- IV. Implantação de sistemas eficientes de irrigação de jardins, preferencialmente, por gotejamento;
- V. Realizar estudos para busca de soluções para reuso de água de destiladores dos laboratórios dos *campi* e/ou para substituição de equipamentos;
- VI. Implantar sistema de reaproveitamento de águas pluviais em instalações prediais específicas, segundo normas e procedimentos estabelecidos pela ADASA e CAESB;

META GERAL: redução do consumo de água na UnB, no período de 2018 a 2021.

TEMA: CONSUMO DE ÁGUA E ESGOTO						CRONOGRAMA			
OBJETIVO	META	INDICADORES	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	2018	2019	2020	2021	
1. Reduzir o consumo de água.	1.1 Estruturar os mecanismos de monitoria do consumo de água e a geração de esgoto.	Sistema estabelecido.	Elaborar estudo para implantar controle de medição digital e remota de leitura de consumo individualizado nas edificações.	PRC, DIMAP e DIMEQ	X				
			Implantar sistema de georreferenciamento dos pontos de medição e respectivo consumo.	IGD, CEAS, PRC e DIRAD	X	X			
			Elaborar diagnóstico das caixas de passagem do esgoto nas edificações dos <i>Campi</i> .	PRC e DIMAP		X			
			Monitorar o consumo de água nas edificações da UnB.	PRC e DIMAP	X	X	X	X	
			Divulgar trimestralmente o consumo de água ao público.	PRC, DIMAP e SECOM	X	X	X	X	
	1.2 Reduzir o consumo de água <i>per capita</i> em 2% ao ano.	M ³ consumido por usuário da comunidade acadêmica	Elaborar cronograma de obras hidráulicas prioritárias para investimento de modernização com objetivo de redução de consumo de água.	PRC, DIMAP, DIRAD, GAP e INFRA	X				
			Elaborar cronograma de implantação prioritária de sistemas automáticos de irrigação de jardins por gotejamento.	PRC, DISER e CPJ	X				
			Elaborar diagnóstico sobre o uso dos destiladores nos laboratórios de pesquisa da UnB.	CEAS	X				
			Elaborar manual sobre as normas de irrigação de praças e jardins nos <i>Campi</i> .	PRC, DISER e CPJ	X				

Continuação

TEMA: CONSUMO DE ÁGUA E ESGOTO						CRONOGRAMA			
OBJETIVO	META	INDICADORES	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	2018	2019	2020	2021	
1. Reduzir o consumo de água.	1.2 Reduzir o consumo de água <i>per capita</i> em 2% ao ano.	M ³ consumido por usuário da comunidade acadêmica.	Realizar vistorias periódicas das instalações hidráulicas nas edificações dos <i>Campi</i> .	PRC e DIMAP	X	X	X	X	
			Substituir destiladores dos laboratórios dos institutos por equipamentos mais eficientes com relação ao uso da água e/ou implantar sistemas de reuso da água em processos de irrigação e limpeza.	IB, IQ, FT, FS, FUP, FCE, FGA e demais usuários de destiladores		X	X	X	
			Implantar, nas áreas definidas como prioritárias, sistemas automáticos de irrigação de jardins por gotejamento.	PRC, DISER e CPJ			X	X	
			Modernizar as instalações hidráulicas, em especial, com substituição/padronização de torneiras automáticas, válvulas de descarga e bacias sanitárias com baixa vazão, priorizando modelos eficazes e amplamente utilizados no mercado.	PRC, DIMAP e INFRA		X	X	X	
			Estabelecer normas e procedimentos para o uso de água e produtos químicos nos processos de limpeza das instalações prediais dos <i>Campi</i> .	PRC, DISER e CZM	X				
	1.3 Realizar 2 campanhas semestrais de educação ambiental.	Campanhas realizadas.	Desenvolver campanha de conscientização para evitar o desperdício na utilização de água nos <i>Campi</i> .	SECOM e CEAS	X	X	X	X	
	Criar cartilha de orientação de consumo consciente de água nas instalações prediais.		SECOM, CEAS e PRC	X					
2. Reaproveitamento de água pluvial.	2.1 Reaproveitamento de água de chuva <i>per capita</i> de 0,01m ³ /ano.	M ³ por usuário.	Realizar estudo de viabilidade para captação e utilização de águas pluviais para fins não potáveis.	PRC, DIRAD, GAP e INFRA	X	X			

3.5. Gerenciamento de Resíduos

3.5.1. Gerenciamento de Resíduos Sólidos

OBJETIVO GERAL: implementar a gestão e o gerenciamento conforme disposto nas seguintes normatizações: i) Resolução Conama nº. 275, de 25 de abril de 2001; ii) Decreto nº. 5.940, de 25 de outubro de 2006; iii) Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010; e iv) Lei nº. 5.610, de 16 de fevereiro de 2016.

INICIATIVAS:

- I. Formar Comissão de Gerenciamento de Resíduos na UnB, sendo responsável pelo planejamento, implantação e monitoramento;
- II. Realizar diagnóstico da situação atual do gerenciamento dos resíduos na UnB, com o objetivo de: i) identificar as falhas do processo de gestão de resíduos; ii) avaliar os recipientes de coleta para os diferentes tipos de resíduos gerados, inclusive eletroeletrônicos; iii) caracterizar os resíduos e qualidade da separação; iv) identificar o sistema de logística reversa utilizado; v) avaliar os sistemas de descarte de materiais descartáveis pelos prestadores de serviços;
- III. Divulgar o resultado do diagnóstico para os servidores, os docentes e os discentes;
- IV. Avaliar a necessidade de novos pontos de coleta e de substituição dos contêineres, quando necessário;
- V. Realizar treinamento dos funcionários da limpeza;
- VI. Manter formalizada a Coleta Seletiva Solidária da UnB junto à associação de catadores de materiais recicláveis e/ou SLU;
- VII. Implantar modelo de compostagem de resíduos verdes nos *Campi*;
- VIII. Avaliar e adequar os contratos de prestadores de serviços de alimentação nos *campi*.

META GERAL: implementar o PGRS da UnB, bem como implantar 100% da Coleta Seletiva Solidária, garantindo a sua adoção de forma efetiva no período de 2018 a 2021.

TEMA: GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS					CRONOGRAMA			
OBJETIVO	META	INDICADORES	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	2018	2019	2020	2021
1. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da UnB.	1.1 Elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da UnB.	PGRS elaborado.	Elaborar estudo/diagnóstico do sistema de gestão de resíduos sólidos da Universidade de Brasília.	CEAS, PRC, Unidades Acadêmicas e Comissão PGRS	X			
			Mobilizar docentes e discentes para participação efetiva no processo de elaboração e coleta de dados sobre o gerenciamento de resíduos sólidos.	CEAS, PRC, Unidades Acadêmicas e Comissão PGRS	X			
			Elaborar e divulgar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.	CEAS, PRC, Comissão PGRS, SECOM	X			
			Instituir nova comissão de gerenciamento do PGRS.	GRE/CEAS	X			
2. Implantar sistema de compostagem de resíduo verde na UnB.	2.1 Compostagem de 100% dos resíduos verdes produzidos no processo de jardinagem dos <i>Campi</i> da UnB.	% de resíduos verdes transformados em composto.	Implantar estrutura física de compostagem.	PRC, DIMAP, GAP, DISER e CPJ	X			
			Treinar as equipes envolvidas no processo de compostagem.	PRC, DISER e CPJ	X	X	X	X
			Controlar, continuamente, os resultados alcançados no processo.	PRC, DISER e CPJ	X	X	X	X
3. Promover a separação de resíduos nas unidades de ensino e nos setores administrativos.	3.1 Reduzir em 5% o volume de rejeitos produzidos nas unidades de ensino e nos setores administrativos.	% de rejeito anual gerado em relação ao total de resíduos sólidos gerados.	Realizar estudo diagnóstico dos resíduos sólidos gerados na UnB, por unidade de ensino e setor administrativo.	CEAS, PRC, DISER, CZM e comissão PGRS	X	X		
			Padronizar os coletores de resíduos sólidos nas unidades de ensino e setores administrativos.	PRC, DISER, CZM e comissão PGRS	X	X	X	
			Realizar campanhas semestrais de conscientização para melhorar o processo de separação de resíduos sólidos.	SECOM, CEAS, PRC, DISER e CZM	X	X	X	X

Continuação

TEMA: GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS						CRONOGRAMA			
OBJETIVO	META	INDICADORES	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	2018	2019	2020	2021	
4. Implantar e ampliar o sistema de descarte adequado de equipamentos eletrônicos.	4.1 Coleta/Separação de 100% dos equipamentos eletrônicos e inservíveis tecnológicos em acordo às obrigações imputadas pelo sistema de logística reversa.	% de eletroeletrônicos inservíveis separados (computadores, televisores, impressoras, aparelhos de ar condicionado, telefones e demais materiais).	Implantar logística reversa, sempre que possível, nos contratos de aquisição de equipamentos eletroeletrônicos na UnB.	DAF e DCO	X	X	X	X	
			Separar os inservíveis tecnológicos/computadores por categorias (item: memórias, gabinetes, fontes, placas-mãe, Hds, etc; e pela presença ou não de material pesado como chumbo) para melhorar o processo de descarte e fomentar a logística reversa.	PRC, DIMEQ, CPD e comissão PGRS	X	X	X	X	
			Criar normas e procedimentos para centralização administrativa dos leilões de inservíveis eletroeletrônicos não incluídos no processo de logística reversa.	DGM	X				
			Descartar aparelhos de televisão, impressoras e aparelhos de ar condicionado e telefônicos atendendo sistemas de logística reversa e de separação de materiais, em conformidade com os processos de reversão considerados senso comum (pilhas, lâmpadas, carregadores, e outros).	PRC, DIMEQ e comissão PGRS	X	X	X	X	
5. Manter convênios para descarte de resíduos recicláveis com cooperativas /associações do DF.	5.1 Destinação de 100% dos resíduos recicláveis às cooperativas / associações do DF.	volume de recicláveis gerados (kg) / volume destinado à cooperativas.	Elaborar, formalizar e acompanhar os convênios com as cooperativas, associações e/ou SLU-DF	DISER, CZM e comissão PGRS	X	X	X	X	
			Criar sistema de monitoramento dos contratos/convênios, com estabelecimento de indicadores de aferição de desempenho.	PRC, DISER, CZM e Comissão de PGRS	X				
			Divulgar semestralmente os indicadores de coleta solidária nos <i>Campi</i> .	PRC, DISER, CZM e SECOM	X	X	X	X	

Continuação

TEMA: GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS					CRONOGRAMA			
OBJETIVO	META	INDICADORES	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	2018	2019	2020	2021
6. Implementar normas de descarte e reciclagem dos resíduos da construção civil (RCC).	6.1 Normas e critérios de descarte e reciclagem estabelecidos.	Normas elaboradas.	Realizar levantamento de estudos e pesquisas de tratamento e reutilização de RCC, com possibilidade de aplicação nos <i>campi</i> .	PRC, DISER, CZM, comissão PGRS e CEAS	X			
			Criar procedimentos, a partir de normas técnicas, para padronização de procedimentos com o objetivo de minimizar a geração de resíduos em construções e reformas de ambientes.	PRC, DIMAP, GAP, DISER, INFRA, e comissão PGRS	X	X		
			Incluir, nos termos de referência para contratação de prestação de serviços, os procedimentos para minimização de geração de resíduos, assim como os critérios para descarte de RCC nas obras civis dos <i>campi</i> , atendendo normativos da Universidade de Brasília, legislação federal e distrital.	DAF, DCO, PRC, DIMAP, DISER, INFRA e comissão PGRS	X	X	X	X
7. Inclusão de cláusulas contratuais relativas à gestão de resíduos sólidos para serviços terceirizados.	7.1 Incluir cláusulas, relacionadas a gestão de resíduos, em 100% dos novos contratos de prestação de serviços e de aluguéis de espaços físicos.	% de contratos novos com cláusulas indicativas de gestão de resíduos sólidos.	Incluir cláusulas contratuais com exigência de treinamento/capacitação de colaboradores terceirizados sobre a temática gestão de resíduos.	DAF, DCO, SGP, PRC, DIRAD	X	X	X	X
			Estabelecer cláusulas contratuais relativas ao descarte adequado dos resíduos sólidos nos contratos de prestação de serviços, inclusive, para os fornecedores de alimentação.	DAF, DCO, SGP, PRC, DIRAD	X	X	X	X

3.5.2. Gerenciamento de Resíduos Perigosos

OBJETIVO GERAL: otimizar o gerenciamento de resíduos perigosos na Universidade de Brasília com implementação do PGRP de acordo com a Resolução RDC nº. 306, de 7 de dezembro de 2004 e a Resolução Conama nº. 358, de 29 de abril de 2005.

INICIATIVAS:

- I. Implementar sistema informatizado para controle e gestão dos resíduos perigosos e proporcionar um descarte adequado;
- II. Elaborar normas institucionais para criação de laboratórios registrando as atividades elaboradas e produtos utilizados;
- III. Normatizar procedimentos, no âmbito da UnB, para realização de descartes de resíduos perigosos;
- IV. Estabelecer mecanismos seguros para processamento e reaproveitamento de resíduos gerados.

META GERAL: implementar o PGRP da UnB e reduzir o descarte dos resíduos perigosos na Universidade de Brasília de forma efetiva no período de 2018 a 2021.

TEMA: GESTÃO DOS RESÍDUOS PERIGOSOS						CRONOGRAMA			
OBJETIVO	META	INDICADORES	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	2018	2019	2020	2021	
1. Desenvolver <i>software</i> para realizar a gestão de resíduos perigosos.	1.1 <i>Software</i> desenvolvido e implantados nas unidades acadêmicas geradores de resíduos perigosos.	<i>Software</i> desenvolvido.	Desenvolver <i>software</i> para gestão de resíduos perigosos, capaz de: controlar aquisições; disponibilizar produtos; gerenciar o descarte; e criar balanços de dados técnicos e econômicos.	CPD, CEAS e GRP	X	X			
			Criar normas e procedimentos para definir usuários; métodos de cadastro de geradores.	CPD, CEAS, GRP e PROCAP	X	X	X	X	
2. Elaborar e implementar normas institucionais para gerenciamento de resíduos perigosos.	2.1 Criar e reestruturar cinco normas para gerenciamento interno de resíduos perigosos.	Normas elaboradas.	Estabelecer norma institucional para criação de laboratórios e registro de suas atividades.	CEAS e GRP	X				
			Atualizar os procedimentos de coleta, observando, em especial, as normas ABNT NBR 12809 e 12810 e ANVISA RDC nº. 306.		X	X	X		
			Padronizar formulários de identificação e de coleta nos recipientes utilizados pela GRP.		X	X	X		
			Atualizar as normas do Plano de Gerenciamento de Resíduos Perigosos.		X	X			
			Criar normativos de encerramento de atividades de pesquisa em laboratórios para docentes, discentes e servidores.		X	X			

3.6. Transportes

OBJETIVO GERAL: Tornar mais eficiente o uso de veículos automotores nos *Campi*, com adequado dimensionamento de rotas e demandas dos usuários.

INICIATIVAS:

- I. Roteirização eletrônica e controle de rotas;
- II. Melhorar o uso da frota se adequando ao sistema TaxiGov.

META GERAL: aumentar a eficiência na utilização da frota de veículo automotor no período de 2018 a 2021.

TEMA: TRANSPORTE						CRONOGRAMA			
OBJETIVO	META	INDICADOR	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	2018	2019	2020	2021	
1. Aumentar a eficiência da frota.	1.1 Reduzir o consumo de combustível fóssil em 6%.	Variação % anual do consumo de combustível fóssil.	Realizar levantamento da frota utilizada, com destaque para os procedimentos de reparos e regulagem de consumo de combustível.	PRC	X				
			Desenvolver sistema de monitoramento de consumo de combustível por veículo da frota como o objetivo de orientação de reparos e manutenções preventivas.	PRC	X				
			Estabelecer sistema de roteirização eletrônica de transportes.	PRC	X	X	X	X	
			Melhorar o uso da frota por meio de gestão inteligente de transporte com compartilhamento de saídas.	PRC	X	X	X	X	

3.7. Áreas verdes

OBJETIVO GERAL: Planejar e implementar ações para ampliar a harmonia entre o uso e a conservação de áreas verdes nos *campi*.

INICIATIVAS:

- I. Implantar sistema de informações georreferenciadas de áreas verdes dos *campi*, sempre que possível, com identificação dos indivíduos arbóreos;
- II. Elaborar os Planos de Arborização e Planos Paisagísticos dos *campi*;
- III. Implantar normas e procedimentos para gestão de podas, erradicação e plantio de árvores;
- IV. Implementar e monitorar os processos de regularização ambiental da UnB;
- V. Incentivar a recuperação, restauração, reabilitação e remediação de áreas verdes nos *campi*;
- VI. Incentivar a instalação de jardins verticais para melhorar o conforto térmico das edificações e contribuir para redução do consumo de energia elétrica;
- VII. Implantar jardins com espécies vegetais, de preferência pertencentes ao bioma cerrado, pouco exigente no consumo de água e com qualidade paisagística comprovada;
- VIII. Estabelecer mecanismos de controle de irrigação de jardins, inclusive eletrônicos, nos *campi*;
- IX. Criar protocolos para redução do uso de agrotóxico no controle de pragas em jardins;
- X. Implantar modelo de compostagem de material verde e adubação orgânica dos jardins.

META GERAL: Melhorar a gestão das áreas verdes dos *campi* no período de 2018 a 2021.

TEMA: ÁREAS VERDES						CRONOGRAMA			
OBJETIVO	META	INDICADORES	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	2018	2019	2020	2021	
1. Estabelecer georreferenciamento das áreas verdes nos <i>campi</i> .	1.1 Confeccionar 4 mapas digitais das áreas verdes nos <i>campi</i> .	Mapas digitais confeccionados.	Elaborar relatório da situação das áreas verdes nos <i>campi</i> .	INFRA, CANC, PRC, CPJ e CEAS	X	X	X		
			Elaborar relatório sobre áreas prioritárias para identificação de indivíduos arbóreos para inclusão digital.	PRC, SECOM e CEAS	X	X			
2. Implantar mecanismos de acompanhamento e monitoramento dos processos de licenciamento e passivos ambientais atinentes a UnB.	2.1 Normatizar modelo de monitoramento dos <i>campi</i> voltado ao cumprimento das normas ambientais.	Modelo normatizado.	Propor normativo interno compatibilizando normas ambientais vigentes.	INFRA, CANC, CRAD, PRC, CPJ e CEAS	X	X			
			Desenvolver modelo eletrônico de acompanhamento e monitoramento, <i>on-line</i> , do passivo ambiental da UnB.	INFRA, CANC e CEAS	X	X			
			Promover cursos e oficinas, como atividades de extensão, em conservação da natureza e recuperação de áreas degradadas.	CRAD, FAL, Unidades Acadêmicas e CEAS	X	X	X	X	
3. Elaborar os Planos de Arborização Urbana dos <i>Campi</i> .	3.1 Elaborar 4 Planos de Arborização Urbana.	Planos Elaborados.	Realizar levantamento de informações sobre ocupação territorial atual e projeções dos <i>campi</i> .	INFRA, CANC, PRC, CPJ e CEAS	X	X			
			Estruturar procedimentos para implantação de áreas verdes que reflitam em conforto térmico e em segurança para os usuários dos <i>campi</i> .		X	X			
			Estabelecer procedimentos e normas para implementação, acompanhamento e atualização dos planos.		X	X			

Continuação

TEMA: ÁREAS VERDES						CRONOGRAMA			
OBJETIVO	META	INDICADOR	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	2018	2019	2020	2021	
4. Incentivar a recuperação, restauração, reabilitação e remediação de áreas verdes nos <i>campi</i> .	4.1 Apoiar 2 ações de recuperação, reabilitação e remediação em áreas específicas dos <i>campi</i> .	Áreas estabelecidas e implantadas.	Identificar/estabelecer áreas prioritárias para implantar projetos de recuperação, restauração, reabilitação e remediação.	CEAS, INFRA, CANC, PRC e CPJ	X				
			Apoiar, incentivar e divulgar ações de recuperação de áreas verdes.	CEAS, INFRA, CANC, PRC, CPJ e SECOM	X	X	X	X	
			Promover cursos e oficinas, como atividades de extensão, em conservação da natureza e recuperação de áreas degradadas.	CRAD, FAL, Unidades Acadêmicas e CEAS	X	X	X	X	
			Desenvolver e implantar sistema de sinalização das áreas verdes não ocupadas nos <i>campi</i> .	PRC e CPJ	X	X			
5. Implantar normas e procedimentos para gestão de podas, erradicação e plantio de árvores.	5.1 Criar instrução normativa para gestão de podas.	Instrução Normativa estabelecida.	Estabelecer critérios para gestão de podas de indivíduos arbóreos.	CEAS, INFRA, CANC, PRC e CPJ	X				
			Estabelecer procedimentos internos para cálculo dos custos associados a erradicação de indivíduos arbóreos, tanto da remoção quanto da compensação.		X				
			Definir instâncias de decisão.		X				
			Propor normativo para aprovação em instâncias superiores.		X				
6. Aumentar o uso de adubação orgânica nos jardins dos <i>Campi</i> .	6.1 Implantar, em 20% das áreas com jardins, o uso de adubação orgânica.	% de área de jardins com uso exclusivo de adubação orgânica em comparação com o total de área de jardins.	Estabelecer critérios para adubação orgânica nos contratos de prestação de serviços de jardinagem.	PRC e CPJ	X				
			Ampliar a utilização de adubação e práticas sustentáveis na manutenção de jardins.				X	X	
			Criar protocolo para redução do uso de agrotóxico no controle de pragas em jardins.		X				

Continuação

TEMA: ÁREAS VERDES						CRONOGRAMA			
OBJETIVO	META	INDICADOR	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	2018	2019	2020	2021	
7. Implantar modelo de compostagem de material verde para adubação orgânica dos jardins.	7.1 Processar 80% do volume de resíduos verdes proveniente de podas e jardinagem.	Volume de resíduos verde / volume de material orgânico produzido.	Implantar sistema de compostagem de resíduos proveniente de podas e jardinagem.	PRC, CPJ e CEAS	X	X			
			Estabelecer critérios de monitoramento do processo de compostagem de resíduos verdes nos <i>campi</i> .		X	X			
			Utilizar o material orgânico resultante do processo de compostagem nas áreas de jardins.			X	X	X	
8. Estabelecer mecanismos de controle de irrigação de jardins, inclusive eletrônicos, nos <i>campi</i> .	8.1 Criar 1 norma e 1 estudo técnico para controle da irrigação de jardins nos <i>Campi</i> .	Estudo e Norma realizados.	Elaborar mapa de controle de irrigação, em especial para as áreas não atendidas por sistemas automáticos.	PRC e CPJ	X				
			Realizar estudo para implantação de sistemas automáticos de irrigação por gotejamento.		X				
			Estabelecer norma de uso da irrigação manual.		X				
			Interromper o processo de irrigação no período chuvoso.		X	X	X	X	
			Estabelecer uso de espécies, Bioma Cerrado, pouco exigentes no consumo de água.		X	X			
9. Implantar projeto piloto de jardim vertical na UnB.	9.1 implantar 1 jardim vertical como o objetivo de melhorar o conforto térmico em instalações prediais.	Jardim Vertical instalado.	Realizar estudo e identificar locais para instalação de jardins verticais para melhorar o conforto térmico das edificações e contribuir para redução do consumo de energia elétrica.	CEAS, INFRA, PRC e CPJ GAP	X	X			
			Elaborar projeto paisagístico e de irrigação para o local escolhido.		X	X			
			Instalar suportes e plantar mudas.				X	X	

3.8. Educação Ambiental

OBJETIVO GERAL: Estabelecer mecanismos de conscientização da comunidade acadêmica no que tange ao uso sustentável dos recursos.

INICIATIVAS:

- I. Preparar e distribuir material informativo, preferencialmente em mídia eletrônica, relacionado ao uso racional de água e energia elétrica;
- II. Realizar ciclos de palestras sobre sustentabilidade e a responsabilidade da comunidade acadêmica relacionada ao desenvolvimento sustentável;
- III. Propor mecanismos de premiações para ações sustentáveis realizadas na UnB;
- IV. Promover, preferencialmente durante a semana universitária da UnB, a divulgação de projetos cuja temática esteja relacionada à sustentabilidade para a comunidade interna e externa à UnB;
- V. Preparar orientações técnicas sobre resíduos sólidos gerados nos *campi* da UnB;
- VI. Atuar no processo de capacitação complementar para as pessoas que trabalham diretamente com serviços de limpeza, copa e irrigação de jardins;

META GERAL: contribuir com ações de educação ambiental no que tange às práticas sustentáveis na UnB, no período de 2018 a 2021.

TEMA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL					CRONOGRAMA			
OBJETIVO	META	INDICADORES	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	2018	2019	2020	2021
1. Elaborar instrumentos de conscientização do uso dos recursos água e energia.	1.1 Distribuir, para 50% da comunidade acadêmica, material de práticas sustentáveis sobre uso da água e energia elétrica.	Número de cartilhas, inclusive eletrônicas, vídeos e oficinas distribuídas e realizadas.	Elaborar material técnico para compor as cartilhas e mídias eletrônicas.	PRC, SECOM e CEAS	X	X		
			Elaborar cartilha para uso adequado dos aparelhos de ar condicionado.		X	X		
			Produzir mídia eletrônica para divulgação.		X	X	X	X
			Elaborar oficinas para ampliar o processo os mecanismos de conscientização.		X	X	X	X
2. Elaborar instrumentos de conscientização para separação adequada de resíduos.	2.1 Distribuir, para 50% da comunidade acadêmica, material divulgando boas práticas sustentáveis.	Número de cartilhas, inclusive eletrônicas, vídeos e oficinas distribuídas e realizadas.	Elaborar material técnico para compor as cartilhas e vídeos sobre resíduos sólidos.	PRC, CZM, SECOM e CEAS PRC, SECOM e CEAS	X			
			Preparar material para orientação e conscientização dos prestadores de serviços.		X	X	X	X
			Produzir mídia eletrônica para divulgação.			X	X	
			Elaborar oficinas para ampliar o processo os mecanismos de conscientização.			X	X	X
3. Incentivar ações sustentáveis nos <i>campi</i> .	3.1 Incentivar a implantação de 3 estratégias ambientais sustentáveis.	Número de Setores administrativos e unidades acadêmicas com ações implementadas.	Identificar atividades propostas e/ou implementadas nos setores administrativos e unidades acadêmicas.	CEAS e Unidades Administrativas e Acadêmicas	X	X	X	X
			Propor modelo de premiações para ações sustentáveis.	CEAS		X		
			Elaborar proposta para implantação de selo verde interno para aqueles que adotarem ações ambientais sustentáveis, em especial à geração de resíduos perigosos.	PRC, DISER, GRP e CEAS		X	X	X
4. Acompanhar os processos de capacitação dos contratos de prestação de serviços.	4.1 Criar sistema de monitoramento dos processos de capacitação dos contratos.	% de pessoas treinadas por contrato/ano.	Atuar no monitoramento das atividades desenvolvidas para capacitação das pessoas, identificando a necessidade de aprimoramento e continuidade dos processos de treinamento em relatórios anuais.	PRC	X	X	X	X

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Plano de Logística Sustentável da UnB, em sua primeira versão institucional, apresenta ações estratégicas para sustentabilidade. Essas ações propostas são importantes para auxiliar o planejamento institucional na busca de melhores práticas sustentáveis para o uso dos recursos existentes e necessários para desenvolver, ao longo do tempo, suas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Para o efetivo acompanhamento das ações aqui elencadas, torna-se imprescindível institucionalizar a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável no âmbito da Universidade, envolvendo todos os *campi*, com representantes de cada setor estratégico responsável.

Nesse sentido, a Comissão Gestora terá como atribuição elaborar, monitorar, avaliar e revisar as ações propostas, e adicionalmente:

- I. Criar um Sistema de Gestão Ambiental periódica da implantação do PLS;
- II. Sugerir alterações de procedimentos para que as metas sejam atendidas durante o período de implementação do PLS;
- III. Mapear as iniciativas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão que poderão contribuir para fomentar o cumprimento das metas de cada eixo temático.

Por fim, a Universidade reconhece seu papel fundamental para promoção de mudanças mais sustentáveis, realizando ações ligadas à sua base de ensino, pesquisa e extensão e, também, implementando práticas sustentáveis em seu dia a dia. Para tanto, conta com a participação e entusiasmo de toda a comunidade universitária para a construção de uma Universidade mais sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 12809 - Manuseio de resíduos de serviços de saúde**. Rio de Janeiro: ABNT, 1993a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 12810 - Coleta de resíduos de serviços de saúde**. Rio de Janeiro: ABNT, 1993b.

BRASIL. **Decreto nº. 5.940, de 25 de Outubro de 2006**. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. **Decreto nº. 7.746, de 5 de Junho de 2012**. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. Brasília, 2012a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm>. Acesso em: 03 out. 2017.

BRASIL. **Lei nº. 12.305, de 2 de Agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, 2010a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 27 nov. 2017.

BRASIL. **Lei nº. 12.651, de 25 de Maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº. 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 2012c. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 03 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº. 9.795, de 27 de Abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº. 306, de 7 de Dezembro de 2004**. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Brasília, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0306_07_12_2004.html>. Acesso em: 27 dez. 2017

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução CONAMA nº 275, de 25 de Abril de 2001**. Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_2001_275.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução Conama nº. 358, de 29 de abril de 2005**. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_2005_358.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria nº. 23, de 12 de Fevereiro de 2015**. Estabelece boas práticas de gestão e uso de Energia Elétrica e de Água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=13/02/2015&jornal=1&pagina=67&totalArquivos=304>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Instrução Normativa nº. 01, de 19 de Janeiro de 2010**. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº. 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Brasília, 2010b. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=40&data=20/01/2010>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Instrução Normativa nº. 10, de 12 de Novembro de 2012**. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº. 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Brasília, 2012b. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=113&data=14/11/2012>>. Acesso em: 03 out. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Instrução Normativa nº. 2, de 4 de Junho de 2014**. Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam retrofit. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=05/06/2014&jornal=1&pagina=102&totalArquivos=164>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

BRASIL.[Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº. 5.610, de 16 de Fevereiro de 2016**. Dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos e dá outras providências. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2016/02_Fevereiro/DODF%20N%C2%BA%2034%20de%2022-02-2016/Se%C3%A7%C3%A3o%2001.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2017.

PARREIRA, C. M. S. F.; CARNEIRO, F. F. **O Núcleo da Agenda Ambiental da UnB**. In: CATALAO, V. M. L.; LAYRARGUES, P. P.; ZANETI, I. C. B. B. (Orgs.). Universidade Para o Século XXI: educação e gestão ambiental na Universidade de Brasília. Brasília: Cidade Gráfica e Editora, 2011. 340 p.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB). **Ato da Reitoria n. 0801, de 12 de junho de 2017**. Constitui comissão para elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS). Brasília: UnB, 2017c.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB). **Ato da Reitoria n. 1406, de 1 de outubro de 2014**. Dispõe sobre a criação do Núcleo de Sustentabilidade, vinculado ao decanato de Extensão. Brasília: UnB, 2014.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB). **Resolução da Reitoria n. 0018, de 24 de Fevereiro de 2017**. Cria a Coordenação de Estratégias Ambientais Sustentáveis (CEAS) e dá outras providências. Brasília: UnB, 2017b.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB). **Resolução da Reitoria n. 0073, de 15 de Maio de 2017**. Constitui comissão para elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS). Brasília: UnB, 2017a.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB). **Resolução da Reitoria n. 0084, de 01 de junho de 2017**. Constitui comissão para elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Perigosos (PGRP). Brasília: UnB, 2017d.

VIEIRA, C. R. **As Agendas Ambientais da Universidade de Brasília e o Projeto de Uma Rede Pela Sustentabilidade nos Campi**. In: CATALAO, V.M. L.; LAYRARGUES, P. P.; ZANETI, I. C. B. B. (Orgs.). Universidade Para o Século XXI: educação e gestão ambiental na Universidade de Brasília. Brasília: Cidade Gráfica e Editora, 2011. 340 p.